

**RELATÓRIO DE GESTÃO  
EMBAIXADA DO BRASIL EM KINSHASA,  
REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO  
EMBAIXADOR PAULO UCHÔA RIBEIRO FILHO  
(MAIO/2013 - JULHO/2017)**

**POLÍTICA INTERNA**

O ambiente político da República Democrática do Congo (RDC) esteve marcado, durante os quatro anos de meu mandato, por uma cisão crescente entre o governo do presidente Joseph Kabilé e as várias plataformas de oposição. Nesse contexto, vale notar que, em dezembro de 2016, o mandato eletivo do Presidente Joseph Kabilé chegou ao fim sem que o Governo tenha organizado a eleição presidencial. Apesar de um acordo político de alcance limitado ter permitido sua permanência no poder, o custo dessa permanência tem causado crescente erosão da credibilidade de seu governo; tem aprofundado a polarização entre situação e oposição, e; tem tornado mais crítica a crise econômica e o decorrente aumento da insatisfação popular por conta das dificuldades enfrentadas.

Durante os anos de minha gestão, dediquei-me ao acompanhamento dos avanços ou retrocessos da dinâmica da política interna que resultaram na produção de análises sobre temas que interessam ao Brasil e que são importantes para a modulação de seus interesses bilaterais.

Entre outros temas, as análises versaram sobre a proteção aos direitos humanos na capital; sobre a violência no leste do país; sobre a ação de outros grupos armados ligados, sobretudo, à exportação ilegal de minerais; sobre as sucessivas chacinas ocorridas em áreas de fronteira com Uganda; e sobre a eclosão de uma série de conflitos étnicos e religiosos em regiões centrais do país.

Relatei, também, sobre a reação de parte da sociedade internacional com relação à evolução do cenário interno com comentários sobre a imposição de sanções, pelos Estados Unidos e por alguns países da União Europeia, em particular a Bélgica, contra integrantes específicos do Governo com o objetivo de forçar o Presidente Kabilé a cumprir com suas obrigações constitucionais e a permitir o exercício do voto livre na esperança de que possa haver uma alternância de poder com resultados positivos para o país.

**ESTABILIZAÇÃO DO QUADRO DE SEGURANÇA INTERNA**

No conturbado contexto de segurança interna marcado pela volatilidade, pela instabilidade e por conflitos, a RDC, em seus 57 anos como país independente, já abrigou quatro missões da Organização das Nações Unidas (ONU) em seu território, três delas classificadas como missões de paz, e uma, como presença

militar, em dois períodos diferentes: a primeira chamou-se Organização das Nações Unidas no Congo (ONUC), de 1960 a 1963, e teve caráter de missão de paz; foi imediatamente sucedida pela Operação das Nações Unidas no Congo (que também ficou conhecida como ONUC, mesma sigla da missão que a precedeu), de 1963 a 1964, e foi classificada como presença militar; a terceira chamou-se Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUC), de 1999 a 2010; foi imediatamente sucedida pela Missão das Nações para a Estabilização da República Democrática do Congo (MONUSCO), de 2010 até o momento. As duas últimas operações foram classificadas como missões de paz.

Em termos estatísticos, a MONUSCO é a maior missão de paz do mundo, tanto pelos recursos que mobiliza (1,1 bilhão de dólares anuais para o orçamento aprovado para o período compreendido entre julho de 2017 e junho de 2018), quanto pela quantidade do efetivo recrutado (18.728 integrantes uniformizados, dos quais 16.893 são tropas, 473 são observadores militares e 1.362 são policiais; e 3.317 civis, dos quais 779 são contratados internacionais, 2.538 são contratados locais e 352 são voluntários do Sistema de Voluntariado da ONU).

A esse respeito, convém lembrar que o Brasil participa ativamente do sistema das Nações Unidas, cujo engajamento pode ser aferido a partir de dois dados estatísticos: o Brasil é o sétimo maior contribuinte para o orçamento regular da Organização e o décimo-nono maior contribuinte para o orçamento de missões de paz. Em termos de tropas, observadores militares e outros funcionários, o Brasil está presente em 10 das 16 missões de paz em operação atualmente.

Diante da importância que o tema representa para nossa política externa, dediquei parte do tempo ao acompanhamento das ações da MONUSCO o que resultou na produção de um fluxo regular de análises. Esses documentos compuseram o quadro mais amplo de informações sobre a RDC, o que contribuiu para a consolidação das instruções que balizam o posicionamento brasileiro no amplo espectro de organizações e agências internacionais das quais o Brasil é membro e que deliberam sobre linhas de ação com relação à República Democrática do Congo.

#### **A REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO COMO POTENCIAL PARCEIRO PRIVILEGIADO DO BRASIL NO CONTINENTE AFRICANO**

Apesar dos problemas internos do momento e das relações relativamente tensas com sua antiga metrópole e com seus parceiros tradicionais, vale lembrar que a República Democrática do Congo apresenta, também, características cujo aproveitamento correto permitiria um reposicionamento significativo do país no concerto das nações. São elas:

- com dois milhões e meio de quilômetros quadrados, a RDC é o segundo maior país da África, atrás apenas da Argélia;
- o país detém a segunda maior área de cobertura de floresta tropical no mundo, depois do Brasil, com um milhão e duzentos mil quilômetros quadrados, o que representa 54 por cento do seu território. Sua biodiversidade é tão rica quanto a nossa e ainda pouco documentada cientificamente;
- o país dispõe do maior potencial agrícola do continente, com 80 milhões de hectares de terras cultiváveis, dos quais não mais do que oito milhões são hoje produtivos, em grande parte com base no primitivo modelo de agricultura de subsistência;
- o país conta com as maiores reservas geológicas do continente, com pelo menos 50 tipos de minérios identificados, dos quais não mais do que 12 são explorados comercialmente, alguns deles de maneira artesanal. O subsolo congolês é conhecido, também, pela abundância de algumas "terrás raras", hoje condicionantes do desenvolvimento industrial de ponta. A literatura refere-se recorrentemente a essas reservas como um "escândalo geológico";
- o país tem capacidade estimada de gerar 99 mil megawatts de energia por dia, se todo o seu potencial hidrelétrico fosse desenvolvido; há 235 pontos em suas diferentes bacias hidrográficas propícios para a construção de centrais hidrelétricas, mas a RDC conta com apenas 44 instaladas, muitas delas desativadas por falta de manutenção, e que geram não mais do que 2,5 mil megawatts, o que corresponde a menos de três por cento com relação à capacidade estimada. Nesse contexto, menos de nove por cento da população tem acesso à energia elétrica, sendo que em áreas rurais esse índice cai para menos de um por cento;
- o país conta com uma população de 80 milhões de pessoas, a quarta maior do continente, o que representa um mercado consumidor promissor.

A despeito de todo esse potencial, a RDC figura nas últimas posições de todos os índices internacionais que medem, comparativamente, desenvolvimento econômico e bem estar social. O processo de desenvolvimento social, agrícola, econômico, industrial e tecnológico é incipiente e descoordenado. Assim, o desenvolvimento das potencialidades da RDC depende, em grande medida, de parcerias com outros países detentores de capital para investimento e de tecnologia aplicável ao quadro local.

Em termos bilaterais, o Brasil é visto pelos dirigentes políticos e pela classe empresarial como o "gigante da América do Sul". Além da percepção positiva sobre a evolução histórica da sociedade brasileira, nosso país é visto, hoje, como uma potência agrícola, sobretudo, e industrial; uma nação de composição multicultural receptiva à integração; e como um

aliado com características ambientais, climáticas, geográficas e geológicas muito parecidas com as da RDC. Há uma percepção comum por parte dos dirigentes políticos, dos executivos e dos formadores de opinião de que o Brasil dispõe de avançado conhecimento em todas as áreas economicamente exploráveis da RDC. Todos identificam no amplo modelo de desenvolvimento brasileiro o modelo que deveria ser seguido pela RDC. E todos desejam e defendem relações multidisciplinares mais estreitas com o Brasil.

Diante do que precede, e tendo em conta o caráter pragmático que caracteriza a política externa brasileira, sobretudo em sua vertente africana, o cenário da RDC oferece oportunidades interessantes de aproximação do Brasil com esse país africano e propicia a concepção de uma estratégia para as relações bilaterais com a execução de ações para os curto, médio e longo prazos.

Diante dessas oportunidades, procurei, ao longo de minha gestão, adotar linhas de ação que pudessem contribuir para a consolidação da estratégia de estreitamento das relações entre os dois.

#### VISITAS BILATERAIS

O calendário de visitas bilaterais de alto nível dos últimos quatro mostrou-se relativamente modesto quando comparado com outros países do continente africano. Não obstante o que precede, a Embaixada do Brasil em Kinshasa atuou na organização de visitas de autoridades brasileiras à RDC e de autoridades congolesas ao Brasil. De todas elas, a de maior importância e visibilidade foi a do então Chanceler Mauro Vieira, em agosto de 2015. Com agendas cumpridas em Kinshasa e em Goma, os encontros trataram de temas de interesse bilateral, com autoridades congolesas, e de interesse multilateral, com autoridades onusianas.

#### CANDIDATURAS

O exercício da governança mundial se faz por meio da ação de centenas de organizações internacionais, agências do sistema das Nações Unidas, agências independentes e outras entidades de ação específica. O sistema de eleição para assentos ou para os cargos de direção nessas instituições se faz por meio de um complexo mecanismo de votações internacionais, no qual as embaixadas de cada país funcionam com importantes "cabos eleitorais" no processo de estabelecimento das alianças que circunscrevem essas eleições.

Assim, durante meu mandato, coordenei e efetuei dezenas de gestões em favor da eleição do Brasil ou de candidatos brasileiros, nos termos das instruções recebidas para cada candidatura.

## PROMOÇÃO COMERCIAL

A RDC é um país caracterizado por uma agricultura basicamente de subsistência e pela inexistência de indústrias de qualquer natureza. Isso faz com que o país importe praticamente tudo o que é consumido por seus 80 milhões de habitantes, pelo Governo, pelas empresas públicas, pelo setor privado.

Os números do comércio bilateral não são expressivos e parte das exportações brasileiras para a RDC é contabilizada como exportações para outros países, em razão da atuação de empresas de trading e portos africanos com linha direta para o Brasil.

Independente de números, o mercado local oferece produtos agroalimentares (alimentos para bebê, açúcar, biscoitos, carnes, e chocolates), material de construção, insumos para indústrias de máquinas, móveis, apetrechos de cozinha, todos de origem brasileira. Esses produtos chegam ao país por meio de comerciantes estrangeiros aqui residentes, notadamente os libaneses, os paquistaneses e os indianos.

Tanto quanto pude, procurei dar toda a atenção e prestei todo apoio cabível aos empresários brasileiros que passaram por Kinshasa na procura de novas oportunidades comerciais. Mantive reuniões na Chancelaria para discutir o ambiente político, as consequências para as atividades econômicas, os riscos. Propiciei, também, a interação dos empresários brasileiros com empresários locais, tanto de nacionalidade RD congolesa, como com estrangeiros.

Paralelamente aos encontros com empresários brasileiros, aproximei-me da comunidade libanesa da RDC, presente em todas as atividades econômicas do país: bancos e serviços financeiros; comércio (varejo e atacado de alimentos, bebidas, carros, eletrodomésticos, material de construção, informática, móveis, roupas, etc.); construção civil; hotelaria; infraestrutura; logística; mineração; restauração; serviços médicos, hospitalares e de laboratório; telecomunicações etc.

De maneira geral, a comunidade como um todo tem muito apreço pelo nosso país e muitos deles têm, inclusive, familiares no Brasil. Esses dois fatores já vêm funcionando como vetor na promoção da triangulação comercial entre Brasil, Líbano e RDC.

Assim, muitos supermercados, lojas e estabelecimentos comerciais, de Kinshasa e de outras cidades, controlados por libaneses, oferecem, de maneira assimétrica, mas consistente, produtos brasileiros. Os mais visíveis são produtos agroalimentares (em especial carnes, biscoitos, chocolates), móveis e material de acabamento. Menos facilmente identificados, porque são reembalados e ganham nomes de marcas

locais, mas igualmente onipresentes, são o arroz, o açúcar, a soja importados em grandes quantidades.

Durante minha gestão à frente da Embaixada em Kinshasa, em razão da proximidade que mantive com a comunidade libanesa, tive a oportunidade de facilitar o encontro de empresários brasileiros em visita a RDC para prospecção de negócios com diferentes empresários libaneses. Os encontros foram sempre pautados pela cordialidade e pelo interesse pela relação com o Brasil. E em alguns deles houve, inclusive, negócios realizados.

A despeito de todas essas oportunidades, cabe ressaltar que a atuação da Embaixada do Brasil em Kinshasa na promoção de oportunidades comerciais foi limitada em razão da não existência de um Setor de Promoção Comercial propriamente instalado, chefiado por um funcionário diplomático e com uma equipe para atuação junto aos agentes econômicos e comerciais.

## RELAÇÕES FINANCEIRAS

As relações financeiras entre os dois países foram condicionadas, a partir de meados dos anos 1980 até de 2016, pelo não pagamento de uma dívida contraída por um importador local de carne enlatada brasileira, lastreada por uma garantia soberana. Nem o devedor, nem o Governo congolês honraram o compromisso, e a RDC passou a integrar a lista de países com dívidas ativas. Com isso, o país, suas empresas e seus agentes econômicos não puderam beneficiar-se da concessão de linhas de créditos para a exportação de bens e serviços, como observado com outros países do continente africano nas últimas duas décadas.

## NORMALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES FINANCEIRAS

A questão da dívida soberana foi remetida ao Clube de Paris, onde os dois países negociaram um texto de acordo para a retomada dos pagamentos, em 2011. De 2011 a 2017, o assunto permaneceu sem evolução significativa na Comissão de Finanças do Senado brasileiro. Em uma de minhas reuniões com a Comissão de Relações Exteriores do Senado da RDC, tratei do tema com meus interlocutores. A solução para impasse do problema passou a interessar o Senador Jean-Claude Mokeni, presidente da Comissão e do Grupo de Amizade Brasil-RDC, também junto ao Senado.

Em junho de 2014, a Embaixada do Brasil em Kinshasa organizou viagem do Senador Mokeni a Brasília para tratar do tema. A partir desse momento, houve um esforço, inclusive por parte do então presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, Senador Aloysio Nunes Ferreira, para que o acordo voltasse a ser avaliado. Em março de 2017, depois de curtas negociações finais, o acordo foi assinado em Brasília. No mês seguinte, em

abril de 2017, a RDC efetuou o primeiro dos nove pagamentos semestrais previstos no acordo.

## COOPERAÇÃO HUMANITÁRIA

Esta Embaixada coordenou, desde minha chegada, em maio de 2013, projetos de que tiveram por objetivo a disseminação da prática da capoeira na RDC como tecnologia social a serviço da inclusão e da pacificação de crianças em situações de vulnerabilidade. Como resultado, foram abertas três frentes de trabalho:

- Fortalecimento das atividades já existentes de capoeira com crianças de rua do bairro de Limité, na periferia de Kinshasa, levadas a cabo pela Associação Abada Capoeira Congo. Desde 2013, em decorrência de um plano de trabalho por mim apresentado, a iniciativa passou a contar com apoio institucional e financeiro do Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP);
- Implantação, em 2014, do programa "Capoeira pela Paz" com crianças desmobilizadas de grupos armados em fase de ressocialização, na cidade de Goma, capital da província do Kivu do Norte, epicentro do conflito no país. A iniciativa é uma parceria entre a Embaixada do Brasil, a organização não governamental monegasca Associação Mundial dos Amigos da Infância (AMADE-Mondiale) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), e conta com apoios financeiros dos governos do Canadá e da Suíça;
- Colaboração para a implantação, em 2014, da prática da capoeira para crianças e adolescentes refugiados da República Centroafricana, instalados em três campos de refugiados no norte da RDC, uma atividade desenvolvida e financiada pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR).

Ao todo, nas três operações e com participação de diversos Governos e entidades, foram mobilizados cerca de meio milhão de dólares que financiaram salários de professores, compra de uniformes e instrumentos, viagens de formação ao Brasil e à França, pagamento de serviços de fotógrafos e cinegrafistas para a documentação dos projetos, além da Primeira Cerimônia de Batizado de Capoeira na RDC.

## COOPERAÇÃO EM MATÉRIA DE EDUCAÇÃO

### Programa de Estudante-Convênio

O Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) constitui um instrumento importante para o estreitamento dos vínculos culturais e educativos entre Brasil e RDC. A RDC foi reintroduzida no programa em 2007, e desde então seus nacionais tornaram-se o segundo maior grupo de beneficiários do programa

(444), excluindo-se aqueles originários de países de língua portuguesa.

Durante minha gestão, procurei modernizar e dinamizar as práticas aplicadas ao processo de pré-seleção das 500 candidaturas apresentadas anualmente.

## SETOR CONSULAR

### Concessão de Vistos

As atividades consulares ligadas à concessão de visto guardam certa desproporção com a dinâmica das relações bilaterais. Em razão da precária situação de segurança pública e da estagnação econômica dos tempos recentes, a consulta por vistos de toda ordem tem aumentado muito. Determinados a encontrar uma maneira de emigrar da RDC, muitos dos interessados que comparecem ao Setor Consular escondem os verdadeiros motivos das projetadas viagens ao Brasil.

Nesse contexto, durante minha gestão procurei aprimorar os métodos de trabalho com o objetivo de melhorar a qualidade do atendimento ao público. Esses novos métodos vêm permitindo, também, a identificação de práticas ilegais que circunscrevem as atividades do Setor Consular.

### A Comunidade Brasileira na RDC

A comunidade brasileira na RDC é estimada em menos de 150 pessoas. Ademais do contato permanente e direto junto ao Setor Consular, organizei, durante os anos do meu mandato, o Dia da Comunidade Brasileira, no mesmo dia em que se comemora a proclamação da República. Os eventos, na Residência do Embaixador, estiveram sempre divididos em três partes: conferência das informações pessoais de brasileiros residentes e registro de novos brasileiros residentes; palestra sobre as questões de segurança no país e apresentação das linhas gerais do Procedimento de Evacuação de Nacionais.